



XVIII Congresso Internacional de Custos
XXX Congresso Brasileiro de Custos

15 a 17 de novembro de 2023
Natal / RN / Brasil



Uma investigação com base no índice de disclosure dos websites de Entidades paraibanas do Terceiro Setor

Daniel Ferreira Queiroz (UFPB) - queiroz.daniel@live.com

Viviane da Costa Freitag (UFPB) - vivifreitag@gmail.com

Resumo:

O Terceiro Setor é reconhecido pela atuação na promoção de mudança social em cenários não alcançados pelos setores públicos e/ou privados. Para tal, as entidades que o compõem necessitam adotar práticas que envolvam a arrecadação de recursos financeiros para cumprimento de seus objetivos sociais, assim como a divulgação de seus resultados, como forma de prestação de contas. Nesse contexto, a Internet é um potencial meio de comunicação entre as entidades do terceiro setor e seus stakeholders. Assim, o objetivo desta investigação consiste em mensurar o índice de disclosure praticado nas páginas da internet das organizações que possuem a CEBAS no estado da Paraíba. Esta pesquisa documental, quantitativa, verificou nos websites das 16 entidades elegíveis para o estudo, a presença/ausência de elementos referentes a divulgação dos aspectos organizacionais, financeiros e operacionais desenvolvidos. Os resultados traduzem eficiência quanto a apresentação de dados operacionais, no entanto, apontam certa fragilidade na demonstração dos aspectos financeiros e organizacionais, revelando, dessa forma, lacunas nos processos de gestão e transparência destas organizações. Tal fato demonstra a necessidade da adoção de práticas transparentes através dos websites, visando potencializar a sustentabilidade financeira e organizacional destas entidades.

Palavras-chave: *Disclosure. Organizações do Terceiro Setor. CEBAS.*

Área temática: *Sistemas de controle gerencial e custos*

Uma investigação com base no índice de *disclosure* dos *websites* de Entidades paraibanas do Terceiro Setor

RESUMO

O Terceiro Setor é reconhecido pela atuação na promoção de mudança social em cenários não alcançados pelos setores públicos e/ou privados. Para tal, as entidades que o compõem necessitam adotar práticas que envolvam a arrecadação de recursos financeiros para cumprimento de seus objetivos sociais, assim como a divulgação de seus resultados, como forma de prestação de contas. Nesse contexto, a Internet é um potencial meio de comunicação entre as entidades do terceiro setor e seus *stakeholders*. Assim, o objetivo desta investigação consiste em mensurar o índice de *disclosure* praticado nas páginas da internet das organizações que possuem a CEBAS no estado da Paraíba. Esta pesquisa documental, quantitativa, verificou nos *websites* das 16 entidades elegíveis para o estudo, a presença/ausência de elementos referentes a divulgação dos aspectos organizacionais, financeiros e operacionais desenvolvidos. Os resultados traduzem eficiência quanto a apresentação de dados operacionais, no entanto, apontam certa fragilidade na demonstração dos aspectos financeiros e organizacionais, revelando, dessa forma, lacunas nos processos de gestão e transparência destas organizações. Tal fato demonstra a necessidade da adoção de práticas transparentes através dos *websites*, visando potencializar a sustentabilidade financeira e organizacional destas entidades.

Palavras-chave: *Disclosure*. Organizações do Terceiro Setor. CEBAS.

Área Temática: Sistemas de controle gerencial e custos.

1 INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é reconhecido pela sua atuação na promoção de mudança social em cenários não alcançados pelos setores públicos e/ou privados (Barragato, 2019; Khieng, 2014).

Ainda que constituídas como sendo de natureza privada, as entidades que o compõem se caracterizam pelo seu caráter público, uma vez que primam por valores coletivos e não tem o lucro como finalidade principal, mas como meio para o desempenho de suas atividades (Lacruz, 2020). Essas organizações enfrentam uma série de desafios em relação aos diversos setores econômicos, considerando a necessidade de contribuições voluntárias, advindas de pessoas físicas e/ou jurídicas para garantia de sua sustentabilidade organizacional.

Diante destes cenários adversos, compreende-se que é preciso adotar práticas que englobem, desde a arrecadação de recursos financeiros, ainda que com um *superávit* mínimo, até sua utilização de forma consciente (Oliveira & Afonso, 2020), tendo em vista a realização de atividades que, de fato, cumpram seus objetivos sociais, bem como, satisfaçam as necessidades informacionais de seus *stakeholders*, possibilitando, dessa forma, o desenvolvimento destas organizações (IBGC, 2015).

Dentre as fontes de recursos angariadas por estas organizações, acentua-se o financiamento público (Jorge & Vendruscolo, 2020) que pode ocorrer por meio de incentivos em renúncias fiscais, ou através de transferências orçamentárias (Brasil, 2020). Para tal, a lei da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social

(CEBAS) (Lei 12.101/2009) habilita as entidades a auferir transferências orçamentárias governamentais.

Assim, a CEBAS constitui uma política pública de abrangência nacional, a qual concede, às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, certificação que lhes assegura o direito a imunidades tributárias, instituída pelo § 7º do art. 195 da Constituição Federal, conferindo-lhes ainda prioridade na celebração de convênios com órgãos públicos, em processos menos burocratizados (Pinheiro & D'Angelo, 2021; Brasil, 1988).

Como contrapartida pela obtenção desta certificação, o atendimento aos requisitos da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (CFC, 2012), bem como transparência das ações e resultados empregados pela instituição, aos diversos *stakeholders* (Costa & Pesci, 2016; Grizzle & Sloan, 2016; Boateng, Akamavi & Ndoró, 2016) são considerados fatores determinantes para manutenção da certificação.

No entanto, ainda que a exigibilidade da prestação de contas de maneira satisfatória, clara e acessível, seja um critério para manutenção da certificação, percebe-se que algumas entidades deixam lacunas neste quesito, sobretudo no que tange a divulgação dos relatórios contábeis completos e com qualidade (Pereira et al., 2023).

Para tanto, é possível sublinhar a Internet como um potencial meio de comunicação com a finalidade de disponibilizar informações tempestivas e transparentes, com acesso múltiplo e massivo, e um custo relativamente baixo (Santos, Ohayon & Pimenta, 2017).

Nesse contexto, a presente investigação objetiva mensurar o índice de *disclosure* praticado nas páginas da internet das organizações que possuem a CEBAS no estado da Paraíba.

Para tal, fora verificado, durante o mês de julho de 2023, os websites de 16 entidades elegíveis para o estudo, buscando evidenciar a presença/ausência de elementos referentes a divulgação dos aspectos organizacionais, financeiros e operacionais desenvolvidos pelas instituições.

Considerando que a CEBAS constitui uma política pública de inclusão social, nos segmentos da educação, saúde e assistência (Pinheiro & D'Angelo, 2021), este estudo torna-se relevante no âmbito da literatura contábil para a sustentabilidade financeira das organizações do Terceiro Setor, na medida em que suscita debates no que tange a formulação de políticas públicas para tais entidades. Além disso, ao aprofundar esta temática, tal investigação amplia discussões acerca da necessidade em mitigar as vulnerabilidades das entidades sociais, com foco nos aspectos concernentes a transparência e publicização dos documentos referentes a prestação de contas, considerado ainda um desafio para gestão destas entidades (Campos, Moreira & Scalzer, 2015) solidificando, assim, sua imagem perante o público externo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terceiro Setor: estrutura, organização e finalidades das instituições

É papel do Estado a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do país, a promoção do bem-estar social, garantia da proteção ambiental, entre outras atividades referentes a garantia de direitos fundamentais, sejam estes individuais ou coletivos (Brasil, 1988). No entanto, é possível identificar lacunas na execução destes serviços, desencadeando na minimização da qualidade de vida social (Cardoso et al., 2020).

Tal conjuntura, em conjunto ao anseio por maior ativismo e participação civil no enfrentamento de problemas considerados relevantes, favoreceu o surgimento de um conjunto de instituições sem fins lucrativos, voltadas para os interesses coletivos, com o intuito de oferecer contribuições, visando atenuar certas mazelas sociais (Salamon & Sokolowski, 2018).

O advento do terceiro setor, portanto, se deu, através do surgimento de organizações, nem situadas no âmbito governamental, nem no privado, mas com características específicas (Fontana & Schmidt, 2021).

O primeiro setor, representado pelas atividades estatais com fins públicos, o segundo pelos que atuam em atividades privadas com fins particulares, coadunado ao terceiro setor, podem ser consideradas como complementares entre si e, suas atuações articuladas, movimentam a economia e desencadeiam a evolução da sociedade. Por essa razão, a economia mundial tem buscado uma relação harmônica entre estes, haja vista a impossibilidade desses, isoladamente, atingirem seus objetivos (Pichler & Mortari, 2013).

As organizações do Terceiro Setor compartilham de atribuições comuns às entidades que representam o controle do estado, assim como as do mercado, considerando a necessidade de atender a população em vista do bem comum social, apesar de sua natureza privada (Salamon & Sokolowski, 2018).

Alguns autores corroboram com esta ideia ao caracterizar as entidades do terceiro setor análogas às de natureza comercial e governamental, uma vez que se tratam de organizações privadas, de caráter público, cuja predominância consiste em valores coletivos e não financeiros. Assim sendo, a finalidade de tais organizações não se baseia no lucro, sendo este tão somente um meio necessário no desempenho de suas atividades, o que deverá resultar na constante promoção de mudanças sociais (Salamon & Sokolowski, 2018; Slomski et al., 2012; Olak & Nascimento, 2010; Rengel et al., 2012).

Compreende-se, portanto, as Organizações do Terceiro Setor, como aquelas detentoras de culturas e valores distintos do Estado e do mercado, uma vez que, utilizando-se de seu caráter privado, desempenham função social específica, objetivando transformações nos seres humanos e na sociedade (Salamon & Sokolowski, 2018).

Dentre os atributos necessários para qualificar-se enquanto Organização do Terceiro Setor, estas necessitam enquadrar-se como: instituições privadas, e não integrantes do aparelho estatal; possuírem finalidade não lucrativa, sem distribuição de eventuais excedentes entre seus proprietários ou diretores; serem legalmente constituídas e autoadministradas; bem como possuírem o caráter de voluntariedade (IBGE, 2019).

2.2 A relevância da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em Organizações do Terceiro Setor

As certificações possuem um papel determinante no processo de gestão das organizações, e se definem como uma garantia escrita que certificam determinado produto, processo ou serviço, quanto ao cumprimento de requisitos específicos. Sua aplicação garante padrões de gestão e governança nas mais diversas instituições (Adena et al., 2019; Brown et al., 2017).

No que tange as organizações que compõem o Terceiro Setor, é importante destacar que estas desempenham um papel relevante na promoção da inclusão social

por meio de suas atividades de cunho voluntário, filantrópico e associativo (Pinheiro & D'Angelo, 2021).

Ao atuar nas áreas de educação, saúde e assistência social, tais organizações podem se qualificar para receber incentivos públicos, a exemplo de isenções fiscais e imunidades (Pinheiro & D'Angelo, 2021), sendo a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) determinante para obtenção de tais incentivos.

Segundo o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas da Controladoria-Geral da União (2019) esta certificação trata-se de uma ação constituída a partir de uma política pública nacional, destinada às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, reconhecidas por entidades beneficentes, cuja finalidade se baseia na prestação de serviços assistenciais.

Dessa forma, ao conquistar e garantir a manutenção da CEBAS, as entidades do Terceiro Setor podem gozar de benefícios como imunidades sobre o pagamento das contribuições destinadas à seguridade social, a exemplo da cota patronal do INSS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Programa de Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento, bem como ter acesso a subvenções públicas e transferências governamentais, e imunidade de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços. (Brasil, 1988).

A adoção de mecanismos visando a conquista e manutenção desta certificação é quesito fundamental para a sustentabilidade financeira das organizações do Terceiro Setor, uma vez que a CEBAS assume importância estratégica para manutenção da imunidade tributária. Nessa perspectiva, os controles contábeis e a transparência das informações, são cruciais para a perpetuidade das atividades operacionais destas entidades, elemento que se configura como forte desafio para seu corpo gestor (Reinhardt Junior et al., 2022) que, como contrapartida, deverá considerar alguns requisitos que envolvam a transparência de informações, bem como o cumprimento das exigências apresentadas pela ITG (2002).

Assim sendo, a fim de garantir a conquista e manutenção da CEBAS, as entidades que o detém deverão enquadrar-se em critérios tais como: estar regularmente constituída como pessoa jurídica de direito privado; não possuir caráter de lucratividade; ser reconhecida como entidade beneficente de assistência social com finalidade de prestação de serviços em educação, saúde e assistência social; cumprir o princípio da universalidade; e estar em atuação há, pelo menos, doze meses (Pinheiro & D'Angelo, 2021).

Para alcançar o processo de transparência exigido, em vista da obtenção da CEBAS, as entidades do Terceiro Setor se baseiam na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 10.4 – Fundações; na NBC T 10.18 - Entidades Sindicais e Associações de Classe; na NBC T 10.19 - Entidade sem Finalidades de Lucros, e na NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais, para apresentação de relatórios contábeis. O quadro 01 apresenta as Demonstrações exigidas às entidades de Terceiro Setor, relevantes para a manutenção dessa certificação:

Demonstração	Descrição
Balço Patrimonial	Evidencia quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade.
Demonstração do Resultado do Exercício	Evidencia a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Evidencia as mutações, em natureza e valor, no patrimônio social da entidade, num determinado período de tempo.
Notas Explicativas	Contêm informações relevantes e complementares aquelas não suficientemente evidenciadas nas Demonstrações Contábeis.
Demonstração de Fluxo de Caixa	Apresenta a movimentação ocorrida nas contas do disponível da entidade.

Quadro 01. Demonstrações exigidas às entidades do Terceiro Setor

Fonte: Adaptado de Reinhardt Junior et al (2022)

Para tanto, a evidenciação contábil é o mecanismo comumente utilizado pelas entidades com o objetivo de elucidar seus resultados. Assim, a apresentação dos demonstrativos contábeis das organizações do Terceiro Setor pode ser considerada como importante indicador de transparência dessas entidades (Pereira et al., 2023).

A teoria das partes interessadas justifica a necessidade de divulgação pelas entidades que compõem o Terceiro Setor, uma vez que estas organizações sofrem constante dependência do apoio de seus *stakeholders*, sejam personalidades físicas ou jurídicas, entidades do primeiro ou segundo setor, em vista do atendimento de seus interesses (Nair et al., 2023). Além disso, ao disponibilizar informações, sobretudo aquelas que lhes são favoráveis, a entidade tende a ampliar seu valor perante os sujeitos interessados (Verrecchia, 2001).

Desta forma, visando uma base de confiança sólida, maior legitimidade e vantagem competitiva sobre entidades concorrentes, as organizações necessitam exercer uma relação harmônica entre os sujeitos com os quais estão articulados, responsabilizando-se pelas partes interessadas na organização, sejam aquelas que exercem influência em suas atividades, bem como aquelas que são afetadas por suas ações (Freeman, 1984). É nesta perspectiva que emerge a teoria dos *stakeholders*, a qual subsidia esta investigação.

Danso et al. (2020) reforçaram este argumento ao advogar que o sucesso da operacionalização das entidades do terceiro setor sofre relação direta de sua inserção na sociedade, através da influência existente entre os sujeitos interessados, posto que os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades, sejam estes humanos, materiais ou financeiros, são extraídos do ambiente externo.

Pelo exposto, explicita-se a relevância da CEBAS no tocante ao cumprimento das finalidades e papéis desempenhados nas mais diversas organizações do terceiro setor que, em vista de uma maior transparência e fidedignidade, deverão utilizar-se das mais variadas estratégias, com intuito de disseminar suas ações perante seus *stakeholders*, conforme abordado em seção seguinte.

2.3 Disclosure via Website das entidades do Terceiro Setor

Sendo as organizações do Terceiro Setor, responsáveis pela execução de atividades, sobretudo de cunho social, anteriormente conferidas ao Estado e ainda, por geralmente, auferirem recursos financeiros originados do governo e de doações de pessoas físicas e jurídicas, estas necessitam imbuir-se de processos de transparência para que lhes seja conquistada credibilidade perante seus diversos *stakeholders*: beneficiários, doadores, voluntários, governo, comunidade, entre outros interessados (Amorim et al., 2018; Lacruz, Rosa & Oliveira, 2023).

Assim, ao divulgar informações, a transparência possibilita a participação dos *stakeholders* no que tange ao processo de avaliação de desempenho da organização

(Cabedo et al., 2017), seja este de caráter financeiro, bem como das operações realizadas.

Dessa forma, o *disclosure* relaciona-se à divulgação de informações de caráter patrimonial, econômico, financeiro, legal, físico e social, aos diversos *stakeholders*, de maneira que lhes possibilitem o conhecimento e a análise da situação presente da organização, auxiliando-os na tomada de decisão (Nascimento, Rabelo & Viotto, 2020).

A este respeito, Reinhardt Junior et al. (2022) destacam que, por executarem ações de interesse público, as organizações do Terceiro Setor necessitam investir na transparência das atividades realizadas, uma vez que os recursos empregados no seu custeamento são oriundos de doações, subvenções e contribuições voluntárias.

Além disso, ao evidenciar suas atividades, a instituição torna pública suas ações perante a sociedade, principal interessado na organização, priorizando, dessa forma, o cumprimento de sua missão social (Nascimento, Rabelo & Viotto, 2020), a qual transcende os aspectos econômico-financeiros, haja vista suas restrições distributivas de riqueza, assim como a exigência de reinvestimento de possíveis *superávits* (Ashoka & Mckinsey, 2001).

Dentre os mecanismos possíveis para divulgação das ações e resultados das organizações, acentua-se a internet como importante modelo, capaz de informar, bem como estreitar o relacionamento com seus diversos *stakeholders*. Nesse sentido, Carvalho, Ferreira e Lima (2020) apontam as páginas de *website*, úteis para, além de apresentar informações financeiras, prestar informações não financeiras através da divulgação de fotos e vídeos das ações realizadas, bem como a disponibilização de um espaço para críticas, sugestões e comentários dos sujeitos interessados.

Ao utilizar páginas da internet para disseminação voluntária de informações ao público, a entidade fornece aos seus *stakeholders* divulgações de desempenho que oferecem uma compreensão majorada dos resultados da entidade (Nair et al., 2023)

Portanto, a divulgação na *web* é uma alternativa viável e eficiente no que tange ao compartilhamento de informações e gerenciamento das demandas das partes interessadas. Além disso, as organizações que disseminam informações voluntárias em suas páginas virtuais, sejam estas financeiras ou de desempenho, demonstram sinais de eficiência e qualidade, além de credibilidade e transparência perante seus *stakeholders* (Carvalho, Ferreira & Lima, 2020).

Apesar de, para as entidades do Terceiro Setor, a divulgação de ações e prestação de contas por meio de seus *websites*, não se configurar como um elemento obrigatório, essa metodologia revela a importância atribuída à governança, *disclosure* voluntário, prestação de contas e comunicação com os *stakeholders*, pela instituição (Dumont, 2013), posto que incide diretamente sobre seus resultados, e consequentemente, sobre seu equilíbrio financeiro.

A este respeito Nair et al. (2023) revelaram que a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor é dependente direta da confiança impressa aos sujeitos interessados, sendo a comunicação estratégica quesito fundamental para tal alcance.

Dessa forma, a divulgação de informações financeiras e de dados relacionados à captação de recursos, bem como a explanação fidedigna do desempenho, se configuram como importantes ferramentas na gestão das organizações do Terceiro Setor, em vista da maximização da *accountability* e da confiança dos *stakeholders* (Freeman; Phillips & Sisodia, 2020), uma vez que, frequentemente, estas buscam atrair recursos para o custeio de suas ações e, consequentemente, garantia da continuidade de suas atividades.

Assim, manter relações favoráveis com as partes interessadas, por meio do compartilhamento de informações e do estabelecimento de confiança, é fator determinante para criação de valor às organizações do Terceiro Setor.

2.4 Estudos Correlatos

Para subsidiar a construção deste trabalho, algumas pesquisas merecem destaque:

O estudo desenvolvido por Nair (et al., 2023) se ancora na premissa de que a sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos depende diretamente de sua capacidade de ganhar a confiança de seus *stakeholders*. Por meio de uma análise de seus *sites* oficiais, buscou-se evidências de como os resultados foram relatados e até que ponto as organizações sem fins lucrativos se envolveram em comunicação usando ferramentas de multimídia. As descobertas revelaram que um número significativo de organizações sem fins lucrativos da Malásia estava operando por páginas da *web* oficiais de maneira responsável e tempestiva. No entanto, estas foram menos sucedidas em relatar suas iniciativas de forma que as ajudassem a ganhar a confiança das partes interessadas. Dessa forma, as oportunidades para convencer potenciais financiadores para atividades futuras pareceram limitadas, configurando como uma ameaça à sua sustentabilidade financeira.

Pereira et al. (2023), desenvolveram um estudo buscando analisar o percentual de evidenciação das demonstrações contábeis nos *websites* de 88 entidades do Terceiro Setor qualificadas como organizações sociais de serviços de saúde. Os resultados demonstraram que os sites dessas instituições ainda são pouco utilizados para prestação de contas, especialmente para a divulgação dos demonstrativos contábeis. Observou-se que apenas 28,41% das organizações investigadas publicaram todos os demonstrativos contábeis exigidos pela ITG 2002 nos quatro anos abrangidos pela pesquisa, enquanto 43,18% não divulgaram nenhum dos demonstrativos no período.

A pesquisa de Nascimento, Rabello e Viotto (2020) avaliou o nível de *disclosure* apresentado pelas Organizações do Terceiro Setor no Estado do Ceará em relação aos usuários externos. Os achados da pesquisa revelaram que o nível de evidenciação das informações voluntárias (39%) foi maior que as de natureza obrigatória (2%), concluindo que tanto a transparência como o processo de *accountability* destas instituições se encontram prejudicados, mostrando-se os resultados contraditórios, na medida em que essas entidades deveriam atuar provendo informações financeiras e de desempenho.

Estes, juntamente a uma série de outros estudos, explicitaram a relevância da temática, bem como a necessidade de expansão de pesquisas na área, as quais auxiliarão na gestão de organizações do Terceiro Setor, com foco nos aspectos concernentes a transparência e publicização dos documentos referentes a prestação de contas, e conseqüente maximização de receitas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando que o objetivo central desta pesquisa consiste em mensurar o índice de *disclosure* praticado nas páginas da internet das organizações que possuem a CEBAS no estado da Paraíba, realizou-se uma pesquisa documental, de natureza descritiva, com abordagem quantitativa. Acredita-se que tal abordagem torna-se viável

posto que emprega a quantificação dos dados alinhada a utilização de ferramentas estatísticas (Lakatos, 2021).

Recorreu-se as ferramentas da pesquisa documental, por meio da utilização de dados, tais como os demonstrativos contábeis, planos de trabalho e outras informações e relatórios extraídos das páginas da internet das instituições investigadas.

O universo da presente pesquisa é composto por 33 Organizações do Terceiro Setor em funcionamento na Paraíba que possuem, até a data de 23 de julho de 2023, a CEBAS em vigência, de acordo com dados disponíveis no portal do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Contudo, ao realizar buscas através do portal Google, bem como nos dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foram encontradas páginas próprias da *web* em apenas 16 destas organizações, conforme elencado no quadro 02, as quais constituíram a amostra deste estudo:

CNPJ	Instituição	Site
08.329.567/0001-18	Casa do Menino	http://www.casadomenino.com.br/
08.842.657/0001-08	Associação Cultural Pisada do Sertão	https://www.pisadadosertao.org/
03.307.380/0001-08	Vila Vicentina Júlia Freire	https://vilavicentinajp.wixsite.com/
11.534.319/0001-13	IPESQ - Instituto Professor Joaquim Amorim Neto de Desenvolvimento, Fomento e Assistência a Pesquisa Científica e Extensão	https://www.ipesq.org.br/
03.303.706/0001-10	Casa da Divina Misericórdia	https://www.casadadivinamisericordia.com.br/
03.875.528/0001-00	Associação Paraibana de Equoterapia	http://www.equoterapia.aspeqpb.org.br/
70.097.894/0001-65	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande	http://apaecampinagrande.org.br/
09.142.183/0001-54	Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha	https://icpac.com.br/
10.941.315/0001-97	Centro de Formação Educativo Comunitário	https://cefecpb.com.br/
22.690.582/0001-18	ABFB Aliança Bayeux Franco-Brasileira	https://aliancabayeux.org.br/
11.287.953/0001-07	Centro Integrado de Ações Comunitárias Pela Vida	https://www.cicovi.org.br/
40.971.129/0001-61	Pia Sociedade de Pe. Nicola Mazza	https://projetoibeiradalinha.org.br/
40.970.592/0001-99	Associação Menores com Cristo	https://www.amecc.org.br/
09.282.237/0001-87	Ação Social Diocesana de Patos	https://asdppb.org/
10.733.541/0001-82	Casa Pequeno Davi	https://www.pequenodavi.org.br/
08.558.819/0001-80	Associação Promocional do Ancião Dr. João Meira de Menezes – ASPAN	https://aspan.com.br/

Quadro 02. Base amostral da pesquisa

Fonte: Elaboração própria segundo dados da pesquisa (2023)

Para a coleta dos dados nas respectivas páginas da web das entidades, utilizou-se um *checklist* contendo 13 itens, sendo 07 referentes a Aspectos

Organizacionais (AO) da entidade, 04 sobre Aspectos Financeiros (AF) e 02 relativos à Aspectos Operacionais (AOP), adaptado a partir do estudo de Souza et al. (2021).

A primeira seção, condizente aos aspectos organizacionais, abrangeu as características básicas das instituições.

A segunda seção, por sua vez, examinou a disponibilidade de informações financeiras atualizadas exigidas pela Norma Técnica NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Notas Explicativas (NE) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), bem como outros relatórios financeiros, a exemplo de Parecer de Auditoria e Fontes de Financiamento, posto que, sob o aspecto normativo brasileiro, as entidades são obrigadas a elaborar relatórios específicos sobre suas atividades e situação patrimonial com determinada periodicidade.

Por fim, a seção três observou a presença ou ausência dos aspectos operacionais das entidades, no que tange a apresentação dos programas e projetos realizados.

Dessa forma, para maior verificação de transparência nas respectivas páginas das organizações estudadas, considerou-se relevantes os itens descritos pelo quadro 03:

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS (AO)
1. O site contém o Estatuto?
2. O site identifica a Equipe Gestora (Associados, Conselho de Direção, Conselho Fiscal e Coord. Executiva)?
3. O site apresenta Títulos, Certificados, e registro nos conselhos que a organização possua?
4. O site contém o histórico da organização?
5. O site apresenta a finalidade da entidade, bem como sua missão/visão/valores?
6. No site está exposto Localização (Endereço completo) e formas de contato?
7. O site informa o CNPJ da organização?
ASPECTOS FINANCEIROS (AF)
8. O site apresenta relatórios exigidos pela ITG (2002)? (BP, DRE, DMPS, NE, DFC)
9. O site especifica ou informa quais as Fontes de financiamento da organização?
10. O site divulga o Parecer da Auditoria?
11. Os Relatórios apresentados são atualizados?
ASPECTOS OPERACIONAIS (AOP)
12. O site apresenta os programas e projetos realizados?
13. O site traz ilustrações/vídeos acerca da realização de suas atividades?

Quadro 03. Indicadores de divulgação de informações online

Fonte: Elaboração própria segundo dados da pesquisa (2023)

Os itens do *checklist* foram avaliados em planilhas, atribuindo peso 1 para os itens que as instituições divulgaram em seu *website*, e peso 0 para os itens ausentes. Tais dados foram analisados por meio de estatística descritiva simples, sendo calculado o índice de *disclosure* por entidade, o percentual de divulgação por item, bem como a média de divulgação de cada item, representados em tabelas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Almejando o alcance do objetivo proposto pela pesquisa, foram consultadas as páginas da internet das 16 entidades que compuseram a base amostral deste estudo, com ênfase nos aspectos organizacionais, financeiros e operacionais divulgados nos

websites das instituições. Após a coleta de informações, apresenta-se o nível de *disclosure* de cada entidade, a partir dos elementos avaliados.

4.1 Dos aspectos organizacionais, financeiros e operacionais

Neste tópico elencou-se o índice de *disclosure* empregado pelas entidades analisadas, no que concerne aos aspectos organizacionais, financeiros e operacionais. Inicialmente, buscou-se evidenciar o *disclosure* empregado pelas instituições investigadas no que concerne aos aspectos organizacionais, cujos resultados estão demonstrados na tabela 01:

Tabela 1

Dos Aspectos Organizacionais

Itens	Evidenciado (1)		Ausente (0)	
	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%
1 Estatuto	05	31,25%	11	68,75%
2 Equipe Gestora	11	68,75%	05	31,25%
3 Títulos, Certificados, e registros	08	50%	08	50%
4 Histórico	15	93,75%	01	6,25%
5 Finalidade, missão, visão, valores.	16	100%	00	00%
6 Localização e Contato	15	93,75%	01	6,25%
7 CNPJ	08	50%	08	50%
Evidenciação Média – Dos Aspectos Organizacionais	11,14	69,62%	4,86	30,38%

Fonte: Elaboração própria segundo dados da pesquisa (2023)

Quanto aos aspectos organizacionais divulgados nos *websites* das entidades, percebe-se uma considerável publicização no que diz respeito ao seu histórico (93,75%), bem como localização e formas de contato (93,75%). Tais dados são similares aos achados de Souza et al., (2021) que, atestaram que a disponibilidade destas informações possibilita aos doadores um conhecimento mais amplo da instituição em geral, desde a origem, até seus atuais propósitos.

A este respeito, destaca-se a relevância da apresentação de informações como finalidades, missão, visão e valores das organizações, disponível na totalidade das páginas da internet das entidades observadas. A divulgação voluntária de tais dados pode ser compreendida como uma importante ferramenta para as instituições, tornando-as capazes de gerar vantagem competitiva e, por consequência, atrair maiores doações através da maximização de transparência, contribuindo, assim, no fortalecimento da responsabilidade e na credibilidade demonstrada aos *stakeholders* (Carvalho, Ferreira & Lima, 2020).

No entanto, dentre os itens observados, verifica-se um baixo índice de entidades que possibilitam o acesso ao seu estatuto em suas respectivas páginas da *web*, posto que, das organizações pesquisadas, apenas 31,25% apresentam tal documento na internet.

O estatuto social é o instrumento que elucida importantes informações acerca do pleno funcionamento da entidade, a exemplo de sua finalidade, fontes de recursos para sua manutenção; modelo administrativo; formas de associação; direitos e deveres dos associados; condições para a alteração das disposições estatutárias (Brasil, 2002), entre outras questões condizentes ao seu modelo de governança. Assim, esperava-se um índice mais expressivo nesse item de divulgação, uma vez que a disponibilização deste instrumento, além de possibilitar um maior acesso aos princípios adotados pela entidade, reflete seu cumprimento quanto as recomendações

de Boas Práticas da Governança, tais como: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa (IBGC, 2015).

Em sequência, observou-se o índice de *disclosure* empregado pelas entidades analisadas, no que diz respeito aos aspectos financeiros. De maneira específica, investigou-se, nas páginas virtuais das entidades, a apresentação de suas informações financeiras, no que tange a exposição dos relatórios contábeis exigidos pela ITG (2002), bem como suas fontes de financiamento, pareceres de auditoria, e se tais relatórios se encontravam atualizados (referente ao exercício 2022), cujos resultados são apresentados na tabela 02:

Tabela 2

Dos Aspectos Financeiros

Itens	Evidenciado (1)		Ausente (0)	
	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%
8 Relatórios exigidos pela ITG (2002)	03	18,75%	13	81,25%
9 Fontes de financiamento	11	68,75%	05	31,25%
10 Parecer da Auditoria	02	12,50%	14	87,50%
11 Relatórios atualizados	02	12,50%	14	87,50%
Evidenciação Média – Dos Aspectos Financeiros	4,5	28,12%	11,5	71,88%

Fonte: Elaboração própria segundo dados da pesquisa (2023)

É possível perceber certa fragilidade no que diz respeito a divulgação dos aspectos financeiros nas páginas da internet das instituições investigadas. Dos itens analisados, a evidenciação média neste quesito correspondeu a 28,12% apenas.

Segundo Costa e Pesci (2016), a transparência das organizações sociais, para além da observação das exigências de acordos e convênios firmados, precisa estar direcionada aos demais interessados pela situação da entidade. Assim, os relatórios contábeis configuram-se como importantes instrumentos para divulgação de informações aos *stakeholders* e, conseqüentemente, maximização da transparência.

Neste quesito observou-se que, das 16 entidades, apenas 03 disponibilizaram tais relatórios, o correspondente a 18,75%. E, ao investigar a presença do parecer de auditoria, esse quantitativo revelou-se ainda menor, uma vez que unicamente 12,5% das entidades o apresenta em suas páginas da internet.

Carvalho, Ferreira e Lima (2020) qualificaram a auditoria como uma ferramenta que contribui para a qualidade da comunicação, assumindo importante papel nas práticas de divulgação. Dessa forma, as entidades que, pelas mais variadas razões, não fazem uso desta prática, revelam certa fragilidade no processo de transparência.

Quando observada a apresentação do conjunto destes documentos, de maneira atualizada, constatou-se um baixo índice, uma vez que apenas 12,5% divulgaram tais informações referentes aos últimos exercícios.

A este respeito, Sabino e Fonseca (2016), afirmaram que a periodicidade da informação contábil é condição para sua relevância, não unicamente no aspecto legal, mas para o atendimento aos *stakeholders*, haja vista que estes necessitam acompanhar a evolução dos resultados, a fim de verificar o cumprimento dos objetivos propostos pela organização. Assim, para a obtenção de uma transparência clara e relevante, faz-se necessária atualização tempestiva destes relatórios, processo não constatado em boa parte das instituições investigadas.

Por fim, analisou-se o índice de *disclosure* referente aos aspectos operacionais das instituições observadas, cujos resultados são traduzidos na tabela 03:

Tabela 3

Dos Aspectos Operacionais

Itens	Evidenciado (1)		Ausente (0)		
	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%	
12	Programas e projetos realizados	16	100%	00	00%
13	Ilustrações/vídeos	16	100%	00	00%
Evidenciação Média – Dos Aspectos Operacionais		16	100%	00	00%

Fonte: Elaboração própria segundo dados da pesquisa (2023)

Quanto aos aspectos operacionais, buscou-se observar a apresentação dos programas e projetos desenvolvidos, bem como a verificação de tais atividades, através de ilustrações ou vídeos que certifiquem sua execução.

A este respeito, Santos, Ohayon e Pimenta (2017) enfatizaram que a entidade pode valer-se das facilidades e das diversas funções interativas que a internet fornece para a divulgação de informações financeiras e não financeiras, de maneira célere e intensa, estreitando o contato com seus *stakeholders* via *website*.

Nesta perspectiva, a divulgação de fotos e vídeos das ações realizadas e das pessoas atendidas, bem como a apresentação dos programas e projetos que são desenvolvidos pelas entidades, se configuram como, apesar de simples, metodologia eficaz que revela grande potencial para a transparência no que tange a execução das atividades. Quanto a estes aspectos, observa-se a evidenciação de tais itens, em sua totalidade, nos *websites* das organizações investigadas.

No tópico seguinte, apresenta-se uma síntese dos aspectos investigados.

4.2 Disclosure das entidades investigadas

Este tópico dedica-se a apresentação do índice de *disclosure* observado nos *websites* das 16 entidades investigadas, evidenciados a partir dos aspectos organizacionais, financeiros e operacionais, conforme descrito na tabela 04:

Tabela 4

Disclosure das entidades investigadas

Itens	AO		AF		AOP	
	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%
Casa do Menino	3	42,85%	1	25%	2	100%
Associação Cultural Pisada do Sertão	7	100%	4	100%	2	100%
Vila Vicentina Júlia Freire	3	42,85%	0	00%	2	100%
IPESQ - Instituto Professor Joaquim Amorim Neto de Desenvolvimento, Fomento e Assistência a Pesquisa Científica e Extensão	5	71,42%	0	00%	2	100%
Casa da Divina Misericórdia	3	42,85%	1	25%	2	100%
Associação Paraibana de Equoterapia	5	71,42%	1	25%	2	100%
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande	6	85,71%	3	75%	2	100%
Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha	3	42,85%	0	00%	2	100%
Centro de Formação Educativo Comunitário	4	57,14%	1	25%	2	100%
ABFB Aliança Bayeux Franco-Brasileira	7	100%	0	00%	2	100%
Centro Integrado de Ações Comunitárias Pela Vida	6	85,71%	1	25%	2	100%
Pia Sociedade de Pe. Nicola Mazza	4	57,14%	1	25%	2	100%
Associação Menores com Cristo	7	100%	3	75%	2	100%
Ação Social Diocesana de Patos	4	57,14%	0	00%	2	100%
Casa Pequeno Davi	7	100%	1	25%	2	100%

Associação Promocional do Ancião Dr. João Meira de Menezes – ASPAN	4	57,14%	1	25%	2	100%
Evidenciação Média	4,87	69,64%	1,12	28,12%	2	100%

Fonte: Elaboração própria segundo dados da pesquisa (2023)

Dentre os aspectos examinados, a categoria que se revelou em maior evidência nas páginas da *web* das organizações investigadas, relaciona-se aos Aspectos Operacionais, a qual atingiu um percentual de divulgação de 100%. Evidencia-se, portanto, que as 16 entidades divulgam em seus sites os programas e projetos realizados, bem como ilustram ou apresentam vídeos que atestam a execução de suas atividades.

Ramos e Klann (2019) observaram que a atuação protagonista de entidades do terceiro setor através de recursos midiáticos, elucidando a execução de suas atividades e difundindo, aos sujeitos partícipes, as suas práticas cotidianas, se constitui como uma condição *sine qua non* para sua sustentabilidade, garantindo-lhes maior confiabilidade perante seus *stakeholders*. A partir de tais práticas, abrem-se, para estas entidades, um novo leque de possibilidades, tendo em vista a captação de recursos, sejam estes governamentais, ou oriundos da sociedade civil.

A teoria dos *stakeholders*, portanto, vem ao encontro de tal prática, posto que possui ferramentas que permitem o estabelecimento de confiança entre os sujeitos interessados (Freeman, 1984), possibilitando às entidades um desempenho organizacional mais eficaz, o que se dá, sobretudo, através da satisfação dos interesses e necessidades de seus partícipes.

A divulgação de informações financeiras, por sua vez, se apresenta num índice bem inferior. Em média, dentre as entidades investigadas, apenas 28,12% dos itens elencados no *checklist* são encontrados em suas respectivas páginas da internet.

Tal percentual retrata uma realidade muito aquém do esperado, elucidando, portanto, um baixo potencial para prestação de contas financeiras, o que dificulta a verificação clara do patrimônio, bem como a aplicabilidade dos recursos em suas atividades, finalidade das instituições sociais (Lacruz, 2020). Este fato reverbera, inclusive, no potencial de arrecadação, uma vez que o nível de *disclosure* relaciona-se diretamente ao volume de doações recebidas (Santos et al., 2017).

Reafirma-se, portanto, o papel preponderante da contabilidade no sentido de revelar a transparência aos financiadores de recursos, de forma que tais *stakeholders* compreendam a sua aplicabilidade através dos resultados alcançados pelas organizações. Por esta razão, as divulgações contábeis de tais entidades não devem ser vislumbradas unicamente pelo cumprimento de uma exigência legal, mas como um processo transparente e claro aos *stakeholders*, determinante ao sucesso da organização (Romoaldo & Santos, 2020)

Em síntese, reitera-se que, aproximadamente 70% dos Aspectos Organizacionais são atendidos pelas instituições observadas. Entretanto, a pesquisa revelou certa discrepância no que se refere aos resultados dos Aspectos Operacionais, os quais foram atendidos em sua totalidade pelas instituições investigadas, e os Aspectos Financeiros, não evidenciados nos *websites* da maior parte das organizações presentes no estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta investigação consistiu em mensurar o índice de *disclosure* praticado nas páginas da internet das organizações que possuem a CEBAS no estado da Paraíba.

A este respeito destaca-se a relevância deste processo, no sentido de assegurar maior transparência, confiabilidade e, conseqüentemente, maiores possibilidades de captar doações advindas do poder público, iniciativa privada, ou sociedade civil em geral.

A literatura abordada demonstrou que a manutenção de um relacionamento favorável das entidades do terceiro setor com as partes interessadas, por meio do compartilhamento de informações e do estabelecimento de confiança, é fator determinante para a criação de valor.

No que tange aos aspectos organizacionais, os dados coletados apontaram a ausência do estatuto como maior lacuna presente nas organizações, uma vez que elementos referentes a finalidade, missão, visão e valores, bem como histórico e localização da entidade, são explicitados nas páginas da *internet* da maior parte destas instituições.

Em relação aos aspectos financeiros, observa-se grande fragilidade no que se refere à divulgação de importantes documentos contábeis, a exemplo dos relatórios exigidos pela ITG (2002) e Parecer de Auditoria, disponíveis em um pequeno número dentre as entidades investigadas.

Finalmente, verifica-se que os aspectos operacionais são atendidos pela totalidade das instituições investigadas, posto que a publicização de tais informações parece determinante no processo de captação de novos recursos em vista da sustentabilidade organizacional, tão almejada pelas entidades que integram o Terceiro Setor.

Como limite à realização do estudo, observa-se certa restrição na amostra investigada, composta por tão somente 16 das 33 entidades detentoras da CEBAS no Estado da Paraíba. Tal fato evidencia que mais de 50% destas organizações não estabelecem comunicação direta com seus *stakeholders*, via páginas da *internet*, concebida, atualmente, como ferramenta determinante na ampliação deste contato.

Além deste, destaca-se o fato da pesquisa haver sido realizada tão somente em uma unidade federativa do país, e a partir da obtenção de uma certificação específica: CEBAS. Se aplicado em outras localidades, ou a entidades do terceiro setor possuidoras de certificações diversas, tal estudo poderá apresentar achados diferenciados desta construção, representando, dessa forma, a impossibilidade de generalização.

Assim, aponta-se a necessidade da elaboração de novas investigações, de maneira que possibilite a aproximação de pesquisadores às instituições do terceiro setor, no sentido de entender quais desafios encontrados pelas entidades no que tange à disseminação de suas informações nas páginas da internet.

Reitera-se ainda a relevância em relação a aplicabilidade da teoria dos *stakeholders* neste estudo, a qual impulsiona a um diálogo cada vez mais próximo entre as entidades do terceiro setor e seus interlocutores, o que potencialmente se dá por meio da divulgação de informações e transparência, tendo em vista um maior alcance de resultados satisfatórios para as organizações e demais partes interessadas.

Ademais, a partir da realização deste estudo, recomenda-se ao corpo gestor das entidades do terceiro setor a adoção de práticas transparentes nas páginas da *internet*, bem como adequação aos normativos contábeis vigente, visando potencializar sua sustentabilidade financeira e organizacional.

REFERÊNCIAS

- Adena, M., Alizade, J., Bohner, F., Harke, J., Mesters, F. (2019) Quality certification for nonprofits, charitable giving, and donor's trust: Experimental evidence. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 159(1), 75–100.
- Amorim, A. F. A., Mendes, J. S., Pereira, L. M. L., Cavalcante, C. E. (2018) A regra do Jogo: relação entre estado e terceiro setor. *Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)*, 9(1), 236–264.
- Ashoka Empreendedores Sociais e Mckinsey & Company Inc. (2001). *Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos para organizações sociais*. São Paulo, Peirópolis.
- Barragato, C. A. (2019) The impact of accounting regulation on non-profit revenue recognition. *Journal of Applied Accounting Research*, 20(2), 190–206.
- Behn, B. K. B., Devries, D. D., Lin, J. (2010) The determinants of transparency in nonprofit organizations: An exploratory study. *Advances in Accounting incorporating Advances in International Accounting*, 26(4), 6–12.
- Boateng, A., Akamavi, R. K., Ndoro, G. (2016) Measuring performance of non-profit organisations: Evidence from large charities. *Business Ethics*, 25(1), 59–74.
- Brasil. (2020) *Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020*.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal.
- Brown, A. L., Meer, J., Williams, J. F. (2017). Social distance and quality ratings in charity choice. *Journal of Behavioral and Experimental Economics*, 66(1), 9–15.
- Cabedo, J. D., Fuertes-Fuertes, I., Maset-Llaudes, A., Tirado-Beltrán, J. M. Improving and measuring transparency in NGOs: A disclosure index for activities and projects. *Nonprofit Management and Leadership*, 28(1).
- Campos, G. M., Moreira, R. L., Scalzer, R. S. (2014). Financial Reporting: Reflection on Transparency in the Third Sector. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 9(3), 130-142.
- Cardoso, V. V., Mueller, A. A., Siqueira, C. S., Finkler, M. C. C. (2020) A relação estado e terceiro setor no Brasil: elementos basilares e premências investigativas. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, 10(1) 730–750.
- Carvalho, A., Ferreira, M.R., Lima, S. (2020) Web disclosure of institutional information in nonprofit organizations: an approach in Portuguese charities. *Int Rev Public Nonprofit Mark*. 17(1), 41–58.

- Conselho Federal De Contabilidade. (2012) *ITG 2002. Entidades sem finalidade de lucros*.
- Costa, E., Pesci, C. (2016) Social impact measurement: why do stakeholders matter? *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 7(1), 99–124.
- Danso, A., Adomako, S., Lartey, T., Amankwah-Amoah, J., Owusu-Yirenkyi, D. (2020) Stakeholder integration, environmental sustainability orientation and financial performance. *Journal of Business Research*, 119(1), 652-662.
- Dumont, G. E. (2013) Nonprofit Virtual Accountability: An Index and Its Application. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. 42(5), 1049–1067.
- Fontana, E., Schmidt, J. P. (2021) UM CONCEITO FORTE DE TERCEIRO SETOR À LUZ DA TRADIÇÃO ASSOCIATIVA. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, 26(1) 278–304.
- Freeman, R. (1984) *Strategic management: a stakeholder approach*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall.
- Freeman, R. E., Phillips, R., Sisodia, R. (2020) Tensions in Stakeholder Theory. *Business & Society*, 59(2), 213–231.
- Freitas, V. P. (2020) O novo papel das empresas na proteção do meio ambiente. *Direitos Democráticos & Estado Moderno*, 1(1), 2-16.
- Grizzle, C., Sloan, M. F. (2016) Assessing changing accountability structures created by emerging equity markets in the nonprofit sector Markets in the Nonprofit Sector. *Public Administration Quarterly*, 40(2), 387–408.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015). *Código das melhores práticas de governança corporativa*. São Paulo, IBGC.
- JORGE, F. S., VENDRUSCOLO, M. I. (2020) Transparência na gestão das fundações estaduais de amparo à pesquisa brasileiras. Anais do CONGRESSO ANPCONT, Foz do Iguaçu, 14.
- Khieng, S. (2014) Funding Mobilization Strategies of Nongovernmental Organizations in Cambodia. *Voluntas*, 25(6), 1441–1464.
- Lacruz, A. J. (2020) Considerações teóricas sobre governança corporativa no terceiro setor à luz da teoria da agência. *Cad. EBAPE.BR*, 18(3), 473-485.
- Lacruz, A. J., Rosa, A. R., Oliveira, M. P. V. (2023) Efeito da governança nas doações: Evidências para organizações não governamentais ambientais brasileiras. *Brazilian Business Review*, 20(1), 56-75.
- Lakatos, Eva M. (2021) *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo, Grupo GEN.

- Nair, R., Arshad, R., Muda, R. et al. (2023) Web-disclosure practices for transparency and the sustainability of non-profit organisations. *Int Rev Public Nonprofit Mark*, 20(1), 1–23.
- Nascimento, R. S., Rabelo, M. M. S., Viotto, R. (2020) O nível de disclosure em Organizações do Terceiro Setor (OTS) no Estado do Ceará. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, 12(1), 234–254.
- Olak, P. A., Nascimento, D. T. (2010) *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor): inclui capítulos sobre contabilidade por fundos*. São Paulo, Atlas.
- Oliveira, T. R., & Afonso, G. (2023). PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O TERCEIRO SETOR NO ÂMBITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO. *Revista Jurídica Do Nordeste Mineiro*, 2(1).
- Pereira, V. B., Oliveira, P. P., Lima, J. R., Lima, A. F. A., Guimarães, T. S. (2023) Disclosure contábil no terceiro setor: uma análise da divulgação de demonstrações contábeis em websites de entidades qualificadas como organizações sociais. *Peer Review*, 5(8), 163–182.
- Pichler, P. F., Mortari, E. C. M. (2013) Relações de força: uma análise a partir do Primeiro, Segundo e Terceiro Setor. *Em Questão*, 19(2), 330–345.
- Pinheiro, I. B., D'Angelo, M. J. (2021) Antecedentes e consequentes do processo de obtenção e renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas). *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 15(2), 2021.
- Ramos, F. M., Klann, R. C. (2019) Relationship between quality in accounting information and organizational characteristics of the third sector entities. *Organizações & Sociedade*, 26(88), 09–27.
- Reinhardt Júnior, R. R., Vasconcelos, A. L. F. S., Ferreira, E. B., Segura, L. C., Slomski, V. (2022) Desafios da implantação e manutenção do CEBAS para as entidades do terceiro setor. *Redeca, Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis*, 9(1).
- Rengel, S., Cunha, P. R., Klann, R. C., Scarpin, J. E. (2013) Importância do balanço social para as entidades do terceiro setor sob a ótica dos gestores das APAES da região do Alto Vale do Itajaí/SC. *Pensar Contábil*, 14(53).
- Romoaldo, T. P. T., Santos, J. J. A. (2020) Entendimento e Aplicação da Contabilidade no Terceiro Setor: Estudo de Caso. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, 5(5).
- Sabino, D. G., Fonseca, L. A. M. (2016) A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO PROCESSO DE GESTÃO DO TERCEIRO SETOR. *Revista Científica Amazônia Vida e Conhecimento*, 1(1).

- Salamon, L.M., Sokolowski, W. (2018) The Size and Composition of the European Third Sector. *The Third Sector as a Renewable Resource for Europe*. 49-94.
- Santos, C. M. V., Ohayon, P., Pimenta, M. M. (2017) Disclosure via website e as características das empresas do terceiro setor: um estudo empírico das entidades cariocas. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 10(1), 073–090.
- Slomski, V., Rezende, A. J., Cruz, C. V., Olak, A. (2012) *Contabilidade do Terceiro Setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas*. São Paulo, Atlas.
- Souza, L. A. P.; Lima, E. M., Vendramin, E. O., Pereira, C. A. (2021). Divulgar para quê? Índice de disclosure e a importância atribuída por doadores e gestores à divulgação voluntária de informação . *Administração Pública E Gestão Social*, 13(3).
- Tremblay-Boire, J., Prakash, A. (2015) Accountability.org: Online Disclosures by U.S. Nonprofits. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 26(2), 693-719.
- Verrecchia, R. E. (2001) Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1), 97-180.